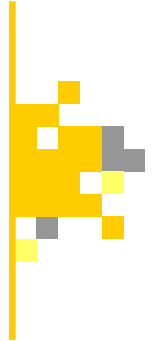


## ENTREVISTA

### Verônica Korber Gonçalves (Professora, Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul)



#### Sobre a entrevistada

Professora do Curso de Graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Direito e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente - GERIMA.

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Migração - NEPEMIGRA. Coordenadora do Programa de Mentoria para Estudantes cotistas do Curso de Relações Internacionais da UFRGS - PROMERI.

Desenvolve pesquisa na área de relações internacionais e meio ambiente.

ORCID: 0000-0001-7144-4707

Lattes: 7938873295070552

E-mail: veronica.goncalves@ufrgs.br

#### 1. Por que a agenda ambiental se tornou tema relevante nas Relações Internacionais ?

**Verônica Korber Gonçalves** – As transformações profundas no Sistema Terra, desde a mudança climática até o esgotamento dos recursos naturais causados pela ação humana, desafiam as estruturas e as instituições internacionais existentes, exigindo respostas para os seus impactos transfronteiriços e intergeracionais. Antes tratadas como problemas locais, questões como poluição, chuva ácida e perda de biodiversidade passam a ocupar arenas internacionais diante de um consenso político internacional sobre a necessidade de uma ação coordenada entre os países. Os problemas ambientais desafiam o alcance de políticas tradicionais, desenhadas a partir da noção de fronteiras nacionais, e que têm como parâmetros a previsibilidade e o controle de riscos. A mudança climática, por exemplo, não pode ser resolvida apenas por um país, pois suas causas e efeitos são globais, suas consequências não podem ser previstas por modelos tradicionais e seus efeitos não podem ser controlados.

Assim, a agenda ambiental se tornou um tema relevante nas Relações Internacionais na medida em que há um aumento de interesse de atores estatais e não estatais em dialogar em fóruns internacionais e transnacionais acerca das causas e consequências dessas diversas alterações no ambiente. O desafio é pensar em soluções

comuns sem esquecer que a origem dos danos corresponde aos locais em que o sistema capitalista se alastrou (desenvolveu-se) de maneira mais severa, porém é nos espaços marginalizados desse sistema que os efeitos se fazem sentir de forma mais intensa. Cabe às RI repensar suas ferramentas analíticas (PEREIRA, 2017), sua perspectiva racionalista e sistêmica, de forma a abarcar noções como finitude (de “recursos” e da própria vida); complexidade e sensibilidade para com seres humanos e não humanos, incorporando questões de justiça, que considerem não somente os direitos humanos fundamentais, mas também as desigualdades entre comunidades humanas, a preservação de suas formas de viver e a relação com a natureza. Nesse sentido, a relevância da agenda ambiental pode ir além de ser uma pauta importante de nosso momento histórico, constituindo também um ponto de partida para transformar as Relações Internacionais.

## 2. Qual o papel do Brasil referente a agenda ambiental?

**VKG** – O Brasil tem um papel fundamental na agenda ambiental, por se tratar de um país mega diverso, que abarca a maior floresta tropical do mundo – a Amazônia. O papel proativo, engajado em negociações internacionais ambientais, nesse sentido, é fundamental para que se avance na governança global do meio ambiente.

Desde os anos 1970, a posição do Brasil em relação às pautas ambientais envolveu defender o status econômico brasileiro e reagir contra suas falhas ambientais internas, em especial as emissões provenientes do desmatamento na Amazônia e no Cerrado (BARROS-PLATIAU, 2006). Na década de 1990, o Brasil formaria a base de sua posição como expoente da representação ambiental, buscando aliar pontos de tensão: o direito ao desenvolvimento e o compromisso com a preservação ambiental (BARROS-PLATIAU, 2006; VIOLA, 2002).

Internamente, com uma matriz energética considerada limpa, continuava a perseguir um modelo de desenvolvimento que passava (e passa) pela expansão do agronegócio e da exploração mineral em mega-projetos que promovem desmatamento, deslocamento de populações, poluição, etc. A Amazônia, região por vezes utilizada como símbolo para legitimar a posição brasileira em matéria ambiental, era um entrave para os resultados práticos de mitigação ambiental no país. Conforme o Brasil aumentava a sua participação no regime, por meio da ratificação de tratados multilaterais, exigia-se progressivamente um maior compromisso brasileiro em relação ao controle do desmatamento da Amazônia.

Nessa década, nosso principal desafio é o de recuperar o papel proativo nas negociações ambientais que havíamos conquistado em meados de 2010. O Brasil está em posição privilegiada para contribuir para a governança global do meio ambiente na preservação de florestas, na mitigação das mudanças climáticas, na transição energética para fontes renováveis, na conservação da biodiversidade nos biomas terrestres e no oceano. O desafio brasileiro é promover ações nesse sentido de forma justa e equitativa, com consideração para a realidade de nossa sociedade.

Assim, mais do que assumir destaque internacional, o papel do Brasil é a apresentar ideias e caminhos alternativos, tendo a Amazônia como vitrine de um país responsável e comprometido com o ambiente e as populações que lá vivem. É a oportunidade de incluir os povos indígenas na mesa de diálogos e de negociação, e construir uma política externa a partir do Sul global sensível aos ensinamentos dos povos de floresta, que fermente novas imaginações sobre o porvir.

### 3. Como avaliar em grau/alcance/dimensão as questões ambientais para as grandes potências?

**VKG** – A partir de uma perspectiva tradicional das Relações Internacionais, as questões ambientais muitas vezes são subestimadas em relação a outros interesses políticos e econômicos. Leituras realistas das Relações Internacionais, por exemplo, não contestam a ocorrência das mudanças climáticas, mas sim a sua capacidade de promover impactos sistêmicos que afetem o comportamento dos Estados, tendo em vista que, historicamente, a competição entre as grandes potências sempre se baseou em aspectos como segurança nacional, comércio e poder militar. Por isso, grandes potências não levariam as questões ambientais em consideração nas decisões de política externa. Há, porém, mesmo nas abordagens tradicionais, novas leituras que enfatizam a importância de se considerar questões ambientais nos estudos de segurança internacional. (DALBY, 2002) Também na “política das grandes potências” é possível perceber a crescente atenção dada ao meio ambiente, não somente na gradual transição das grandes economias para “setores verdes”, mas em questões especificamente securitárias – por exemplo, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos já integrou as mudanças climáticas como prioridade de segurança nacional.

Uma outra forma de avaliar as questões ambientais a partir da ideia de “grandes potências”, no entanto, envolveria repensar o próprio conceito de “grande potência” a partir da ideia de “potência de destruição” ou “potência de transformação”. Isso significa que, em vez de medir o poder de um país apenas pela sua capacidade de destruir ou conquistar outros países, seria necessário avaliar sua capacidade de impactar positiva ou negativamente o Sistema

Terra, os sistemas que sustentam a vida no planeta. Nessa perspectiva, as grandes potências seriam aquelas que têm a capacidade de liderar a transição para organizações sociais e políticas sustentáveis, que leve em consideração as questões ambientais e sociais. Mudar a “régua”, a ferramenta de medição, poderia levar a uma mudança na forma como as potências são analisadas já que o sucesso de uma grande potência seria medido não apenas por sua capacidade de impor sua vontade sobre outros países, mas também pela sua capacidade de liderar a transição para um futuro mais sustentável para todos.

### 4. Quais são os maiores desafios a curto, médio e longo prazo acerca da agenda ambiental?

**VKG** – Um dos maiores desafios a curto, médio e longo prazo em relação à agenda ambiental é a necessidade de colocar as questões ambientais e climáticas no centro da agenda política. Isso implica em reconhecer a importância do meio ambiente como um tema transversal que afeta todos os aspectos da vida humana, desde a saúde e bem-estar até a economia e segurança nacional, e deslocar as políticas que promovem a proteção do meio ambiente do espaço da periferia e trazê-las para o centro da tomada de decisão, buscando soluções que sejam ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

As dificuldades de conseguir um consenso internacional efetivo são várias: a perda de força do multilateralismo amplo no século XXI; os prejuízos econômicos para países e empresas sem vontade e/ou capacidade de adaptação; as divergências políticas quanto ao conflito distributivo decorrente de qualquer acordo – incluindo tratados internacionais ambientais; e mesmo visões diferentes sobre o objeto de negociação.

O maior desafio é reconhecer que as questões ambientais não são meramente técnicas, mas sim escolhas políticas que afetam o modo de viver da sociedade em geral. A forma como promovemos extração, produção, transporte, consumo e descarte implica um conjunto de escolhas políticas e sociais que tem implicações em longo prazo e para além das fronteiras nacionais. Em termos políticos, isso significa colocar no centro do debate internacional a ideia de justiça ambiental e climática. Envolve negociar com clareza de pressupostos a diversidade de mundos em extinção, mostrando de que mundo se vem e se fala de forma explícita, reconhecendo que há diferenças fundamentais entre povos que devem ser consideradas, para além de respostas universalizantes que generalizam a experiência de ser-viver. A responsabilidade disso não recai somente sobre as negociações formais interestatais, mas também na construção do problema e de suas soluções nas sociedades.

## Referências

BARROS-PLATIAU, A. F. A política externa ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável. **Relações Internacionais do Brasil, Temas e Agendas**, São Paulo, Saraiva, p. 251–282, 2006.

DALBY, S. **Environmental Security**. [s.l.] U of Minnesota Press, 2002.

PEREIRA, J. C. The limitations of ir theory regarding the environment: lessons from the anthropocene. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 1, 2017.

**Entrevistadores:** José Renato Ferraz da Silveira e Cláudio Andrés Téllez Zepeda